

Dinheiro serviu até para comprar chope

BRASÍLIA — As fraudes contra o Sistema Único de Saúde (SUS) vão desde a realização de cirurgia de fimose em mulheres e partos em homens, até o desvio de recursos para a compra de chope ou a criação de uma caixinha eleitoral. Em 1994, após auditoria em mil hospitais, o Ministério da Saúde constatou irregularidades em 24,12% das Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs). Quase 1,5 milhão de AIHs foram invalidadas.

A auditoria verificou que a Secretaria estadual de Saúde do Piauí desviou US\$ 500 mil dos recursos destinados ao pagamento de consultas e exames para compras variadas. Foram gastos US\$ 65 mil com a compra de 300 litros de chopp e 30 caixas de água mineral. O secretário Benício Sampaio também autorizou a compra de roupas e calçados para funcionários de seu gabinete a um custo de US\$ 9.600.

Os hospitais de Palmas e Porto Nacional (TO) receberam da União verba suficiente para a realização de 19,8% das obras, mas só executaram 3% delas. O Tribunal de Contas da União (TCU) investiga ainda um superfaturamento de 300% na obra do Pronto Socorro Municipal de Teresina. No Maranhão, em 1993, a Secretaria estadual de Saúde autorizou que 20% do total do faturamento dos hospitais públicos estaduais fossem desviados para um fundo usado para solicitações emergenciais da rede hospitalar. O dinheiro acabou desviado para contas ao portador.

A CPI do Inamps apontou ainda a chamada bancada do SUS formada por parlamentares donos de hospitais acusados de irregularidades. Um deles foi Talvane Albuquerque (PP-AL), irmão da superintendente estadual do INSS em Alagoas, Terezinha Albuquerque, acusada de apropriação indébita de recursos da Previdência. Um dos três hospitais do deputado, segundo a auditoria do ministério, emitia AIHs 30% acima da quota.